

DINÂMICA DA MILITÂNCIA: ESTAR ORGANIZADO, SER MILITANTE

Preliminares

A natureza possui ciclos que se repetem, se alternam em uma sucessão sem fim determinado. Isto significa que o tempo, na natureza, não existe. Quando nos referimos ao tempo, em qualquer de suas dimensões, falamos de uma criação humana que serve para nos situar e orientar na natureza. Se, no aspecto natural-biológico, ser dono do próprio tempo e saber administrá-lo e utilizá-lo de modo racional e inteligente pode contribuir para assegurar melhor qualidade de vida, no aspecto social é decisivo para a libertação individual e coletiva da humanidade. E isto requer planejamento.

Diferentemente da sociedade escravista, na qual as classes dominantes (escravocratas) possuíam a totalidade dos indivíduos tornados escravos, e da sociedade feudal, na qual as classes dominantes (nobreza e clero) possuíam a quase totalidade da produção e da vida dos indivíduos tornados servos, o segredo da exploração capitalista se situa no poder que minorias classistas (gestoras e burguesas) possuem, pela força das armas e das ideologias, de administrar e dispor do tempo das maiorias tornadas proletárias (mesmo que a compra do tempo esteja limitada juridicamente por uma jornada de trabalho - resultado sempre ameaçado de muitas lutas do proletariado). Isso acontece pela orientação do desenvolvimento tecnológico imposta pelos capitalistas que, ao fundir meios de trabalho, meios de lazer e meios de vigilância, exige e pressiona cada vez mais no sentido de que a integralidade do tempo das pessoas exploradas esteja a serviço da conservação do capital, objetivando tornar inviável ao proletariado dispor de tempo livre para que possa utilizá-lo como bem desejar. Longe de ser um controle com fins puramente econômicos, moralizantes e justificados ideologicamente, trata-se na verdade de uma ação preventiva para evitar que, possuindo tempo livre, o proletariado possa vir a utilizá-lo para o trabalho militante de conteúdo revolucionário e anticapitalista.

Contudo, é possível e necessário atuar no sentido inverso de tal realidade social. A começar pela (auto) organização de nosso tempo individual de vida, nossas rotinas cotidianas, de modo a contemplar ao máximo possível os diversos aspectos da existência humana, mesmo que tal possibilidade tenha que conviver de forma determinada e subordinada pelas atuais condições de vida que o capitalismo nos impõe.

Militância alienada ou militância integrada: responsabilidade do militante e da organização

A Resistência Autonomista tem como objetivo principal a construção e a manutenção de uma força militante organizada no espectro político da autonomia proletária. Essa força só pode ser produzida a partir da dinâmica de uma militância que é sustentada pela organização e pelos/as seus/suas próprios/as militantes. Nesse sentido, um dos nossos grandes desafios é manter equilibrada e firme essa relação entre as partes que devem compor um todo dinâmico, estável e organizado.

Alcançar este difícil equilíbrio requer articular os itens vitais do indivíduo (sono, alimentação, sexo, tempo livre, deslocamentos, atividades de reprodução da materialidade – higiene pessoal, aquisição de produtos, limpeza e manutenção domésticas -, trabalhos e atividades físicas) com as necessidades sociais da classe proletária (saúde, educação, alimentação, vestuário, moradia, transporte, lazer, dentre outras), incluindo a militância como item vital do indivíduo e necessidade social dos explorados. Esta articulação deve ser expressa em formas de organização para lutar e em constância de atuação.

A tarefa então é superar uma separação que existe na esquerda tradicional - e que podemos

facilmente reproduzir se não estivermos atentos/as - que consiste na separação entre o/a militante e a própria organização. Tal acontece quando o militante tem papéis para assumir, tarefas para cumprir, discursos para reproduzir, mas não está propriamente inserido na dinâmica global da organização (debates, decisões, deliberações). Nesse caso, a organização tem caráter e tem princípios, mas não consegue, ou não pretende, transformá-los em práticas concretas na vida militante dos/as participantes. Esse modelo viciado de militância permite que alguém se diga organizado, mas esteja ao mesmo tempo fora da sua própria organização. Esse modelo é evidente nos partidos políticos e nos sindicatos.

Há também o indivíduo militante, mais conhecido como ativista, que acredita que seus pensamentos, atitudes radicais e comportamentais ou visitas a coletivos temáticos estão contribuindo para a transformação da sociedade. Esse modelo é evidente nos coletivos libertários e/ou identitários.

Encontramos ainda aquele tipo de militante/militância “24 horas” que subtrai da prática cotidiana de sua atuação todos os itens vitais de sua existência. Trata-se de uma forma de atuar politicamente de curtíssima duração que se esgota em meses, em razão da impossibilidade de se sustentar, acarretando colapsos na saúde do indivíduo, rupturas familiares desnecessárias, demissões de empregos, reprovações escolares, dentre outras mazelas. Aqui, o imprescindível comprometimento é confundido com dedicação exclusiva de pendor fanatizante.

Em oposição à militância “24 horas” surgiu o seu contraponto deformado: a militância “estilo de vida”. Caracterizada pela subordinação do trabalho militante a gostos e aptidões de ordem individual com pouca ou nenhuma consideração coletiva ou comprometimento. Exemplos: adeptos da militância estilo de vida não comparecem a uma reunião por ser necessária, mas porque as pessoas que lá estarão são agradáveis (em sentido inverso: faltam a reuniões importantes porque as pessoas que lá estarão são “chatas”); deixam de fazer tarefas por condições climáticas; não concebem a militância como um trabalho, mas como uma atividade “de hora vaga”. Trata-se de uma forma de atuar que desconhece a dureza e as dificuldades das tarefas que um processo de transformação radical da sociedade nos exige.

Em suma, ao transformar as importantíssimas características da abnegação e da entrega em dogmas irracionais a militância tradicional em partidos e sindicatos fez com que muitas pessoas as enxergassem como algo a ser abandonado e pavimentou o caminho para que o lúdico e o agradável fossem absolutizados e considerados, irracional e ideologicamente, como contrapontos militantes “críticos”.

Apesar de diferentes entre si, todas essas formas de militância, que caracterizamos como alienadas – por reproduzirem a divisão social que pretendemos superar – podem ser representadas grosso modo dessa forma:



Diferentemente, a militância que pretendemos construir e sustentar é integrada. É evidente que para que seja eficaz naquilo que se propõe, ela depende de uma vida subjetiva privada organizada de cada militante. Essa é uma das primeiras tarefas individuais do sujeito que pretende transformar a sociedade de forma coletiva e organizada. É a organização básica da própria vida privada que garantirá uma disciplina militante. De outra parte, mas do mesmo lado, a organização também tem responsabilidades permanentes para a garantia da dinâmica militante organizada. Compete à

organização manter fóruns permanentes de debates e resoluções coletivas de problemas e conflitos, internos e externos; inserir e direcionar seus/suas militantes para espaços e momentos de atuação, internos e externos, nos quais poderão potencializar suas competências, bem como - através de rodízio permanente das funções e tarefas – ampliar e consolidar outras competências menos desenvolvidas. É esse percurso que garantirá o desenvolvimento de militantes plenos/as, organizados/as e disciplinados/as. Ou seja, a própria organização também organiza seus/suas militantes, planeja seu ingresso, permanência e rodízio em diálogo com o/a próprio/a militante, que não é um objeto da organização, mas um sujeito que a constrói. Essa forma de militância integrada pode ser visualizada grosso modo dessa forma:



Dois tipos de trabalho igualmente necessários

Dessa forma, a militância integrada é considerada e praticada por nós como um segundo trabalho. Ao mesmo tempo, item vital do indivíduo militante e necessidade social do proletariado consciente da obrigatoriedade de substituir a atual sociedade. Se o primeiro trabalho é vital para nossa sobrevivência estrita enquanto seres humanos, o segundo trabalho é vital para nossa sobrevivência ampla (material e política) enquanto seres humanos. Podem ser assim definidos:

Primeiro trabalho – Relação do indivíduo com a natureza para produzir e reproduzir a vida, garantindo assim a sua própria sobrevivência e a da sociedade. No capitalismo é obrigatório, alienado¹ e ocupa a centralidade da existência humana. A maioria das pessoas vende horas de trabalho para uma minoria de compradores capitalistas (burgueses e gestores). Deve ser incluído aqui o tempo consumido com a preparação para trabalhar (estudos acadêmicos, treinamentos profissionais, cursos específicos).

Segundo trabalho – Relação do indivíduo com outras pessoas para garantir que a atual sociedade não se perpetue indefinidamente. É voluntário, consciente, militante e não alienado. Deve sempre estar presente na vida de toda pessoa explorada. O tempo destinado a esse trabalho deve englobar tanto a parte teórica (formação) quanto a parte prática (ação).

Algumas conclusões a extrair

Esta forma de conceber o trabalho militante como algo integrado à vida do indivíduo, de atribuir responsabilidades tanto a quem milita como para a própria organização que unifica e direciona a militância, evita pelo menos duas confusões disseminadas nos meios de esquerda.

Primeira, a partir dessa concepção, não existem profissões ou empregos “críticos”,

¹ Por trabalho alienado entenda-se o trabalho assalariado, forma histórica de trabalho no capitalismo, que é caracterizado por três aspectos: 1) fragmentação (não se domina o conjunto do processo de produção); 2) exterioridade (quem produz não decide sobre o que vai ser produzido) e 3) expropriação (quem produz não possui aquilo que produziu).

“revolucionários”, “bacanas”, etc. Assim, trabalhar em uma ONG que atua com a reciclagem de lixo ou com “educação popular”, ser professor e/ou pesquisador dos “movimentos sociais” são apenas formas de primeiro trabalho. Uma forma de trabalhar com esse conteúdo que o próprio capitalismo permitiu a alguns ganhar a vida, ter acesso a fontes de renda legítima, mas que não se confunde nem substitui o segundo trabalho.

Segunda, introjetar a concepção de militância como segundo trabalho significa desmascarar ideologias que pretendem ocultar a fuga das responsabilidades militantes se valendo exclusivamente do primeiro trabalho. A existência de comunistas que trabalham com a advocacia e de revolucionários que trabalham na medicina que se apresentam respectivamente como “advogados comunistas” e “médicos revolucionários” são exemplos disso. Estas últimas são fórmulas ideológicas que pretendem legitimar uma mera prática profissional como se, por si mesmas, produzissem algo transformador no sentido do anticapitalismo.

A força militante de uma organização se baseia em um elevado grau de comprometimento, responsabilidade e autodisciplina de quem a integra. Este tripé possibilita alcançar questões como: a) consciência dos motivos da luta (por que, contra o quê e em favor de que se luta); b) participação ativa em todas as discussões que ocorrem no âmbito da organização, interferindo nos rumos táticos e estratégicos adotados; c) autoformação, independentemente das tarefas de formação política que estejam sendo feitas pela organização; d) capacidade de formar opiniões deliberativas e não meramente consultivas; e) dotar a organização da capacidade de analisar todos os pontos de vista com cuidado; f) divisão equânime de tarefas de modo a evitar concentração de tarefas sobre os membros mais ativos ou capazes.

Elementos, hoje e sempre, fundamentais para a realização das atividades de qualquer organização que se diga séria e que tenha objetivos de transformação radical da sociedade.

Resistir até o capital cair

